

**ESTUDO DE VERBOS CODIFICADORES
DE EXTENSÃO OU ESCALA:
UM OLHAR FUNCIONALISTA**

Heloá Ferreira Cristóvão (UFES)
heloa.fc@hotmail.com

1. Apresentação

Tradicionalmente, os gramáticos têm acolhido os verbos tratando de seus aspectos morfológicos e, dentro de uma perspectiva sintático-semântica, abordando-os quanto à predicação. Isso tem se configurado um problema nesse modelo de análise, visto que ao tratarem dos verbos como elementos discretos, em frases descontextualizadas, eles deixam de considerar relações morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas que só podem ser observadas a partir da língua em uso.

A preocupação em se aprofundar o conhecimento acerca do sistema da língua levou alguns linguistas a uma busca de um modelo teórico mais adequado nessa tarefa de descrição e ensino da gramática de uma língua natural. Era necessária uma abordagem que levasse em conta as funções a que a linguagem serve como instrumento de interação verbal. Desse modo, o funcionalismo mostrou-se um modelo adequado ao estudo da linguagem em funcionamento, visto que, ao atentar-se para as condições dinâmicas de produção linguística, percebeu-se que a forma assumida por uma palavra ou expressão, nada mais é que um reflexo de sua função num contexto de uso específico.

A partir dessas considerações, a concepção de língua que adotamos defende os estudos de fenômenos linguísticos a partir do uso real, priorizando as relações estabelecidas no contexto comunicativo e analisando a língua como uma atividade sociocultural. Nessa perspectiva, a língua é vista como uma estrutura maleável, uma vez que se adapta às necessidades de interação que tem os falantes. Assim, suas regularidades são provisórias e sujeitas à renovação, negociação e mudança, visto que não há regras absolutas, mas sim, regras para o uso social da linguagem.

Com relação aos verbos que são objeto deste trabalho, orientamos pela classificação realizada por Azeredo (2004, p. 180), baseada na proposta de estudo de Cano Aguilar (1981) para a língua espanhola, que arrolou um grupo de verbos codificadores de extensão ou escala no português, entre eles: *atravessar, percorrer, subir, abraçar, presidir, con-*

tornar, ocupar, preencher, inundar, medir 1 (ele mediu um terreno), medir 2 (o terreno mede 160 m), valer e durar (a viagem durou 80 dias). Embora Azeredo (2004) proponha uma lista de verbos que podem codificar extensão ou escala na língua portuguesa, ele não apresenta o funcionamento desses verbos, daí executarmos um estudo com um recorte de análise desse grupo, composto pelos verbos *subir, ocupar, medir, durar, valer* e seu uso na língua portuguesa, visto que as relações semânticas que se estabelecem entre o objeto e o sujeito do verbo transitivo são variadas e heterogêneas.

Diante disso, o modelo teórico norteador deste estudo concebe a transitividade como uma propriedade que se manifesta ao longo do discurso, cuja análise se dá dentro de um *continuum*. Nesse pressuposto, cada elemento de uma cláusula exercerá um importante papel quanto à significação do todo, sendo a transitividade concebida como uma propriedade discursiva. Embora complexo, o problema da transitividade está longe de ter todos os seus aspectos analisados satisfatoriamente dentro da proposta tradicional. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar o comportamento dos verbos codificadores de extensão ou escala no que tange à sua transitividade, examinando as características de preenchimento do espaço de seus complementos verbais.

Para dar conta dessa análise, recorreremos tanto à orientação que Borba (1996) dá em sua *Gramática de Valências*, somada à contribuição de Ignácio (2003), quanto a que os funcionalistas preconizam em seus estudos, que concebem a língua como um sistema que se constrói a partir das pressões do uso que o falante faz na interação comunicativa. Este trabalho justifica-se na medida em que, ao analisar o verbo em funcionamento na sentença é possível evidenciar as variadas relações semânticas instituídas entre os complementos e o sujeito. Desse modo, esperamos que o resultado deste trabalho evidencie que um estudo com o ponto de partida na língua em uso ultrapassa os limites dos manuais de gramática que, de modo geral, têm considerado a transitividade apenas como uma propriedade verbal.

2. *A proposta de Cano Aguilar (1981)*

Cano Aguilar (1981) exibiu um estudo semântico e sintático de verbos transitivos, segundo as características comuns mais relevantes de sua significação. O autor fez uma análise empírica das estruturas transitivas na língua espanhola e isso despertou nosso interesse em realizar uma

investigação similar no português, a partir de uma lista de verbos que codificam extensão ou escala proposta por Azeredo (2004, p.180). O interesse de investigação do autor espanhol centrou-se no aspecto significativo da transitividade, como o valor semântico da relação sintática verbo-objeto, e as restrições de coaparição de certos substantivos com certos verbos em função da presença ou ausência de certos traços semânticos. A opinião do linguista é de que a transitividade não se define apenas por certas características formais, mas que a base implica uma relação semântica.

Desse modo, Cano Aguilar (1981, p. 31) recorre à *prova de transformação temática*, defendida por Blinkenberg (apud CANO AGUILAR, 1981), para diferenciar o objeto direto de certos complementos. Vale frisar que os critérios a serem utilizados nem sempre são eficazes para decisões em casos duvidosos, visto que muitos tipos de objetos não admitem a pronominalização. Assim, os critérios gerais para o estabelecimento da transitividade (embora nenhum decisivo) seriam:

- (i) Possibilidade de pronominalização nos casos de anteposição do objeto, ou quando este já apareceu no contexto (critério formal e bastante seguro).
- (ii) Pergunta pelo objeto com *que* ou *a quem?*
- (iii) Transformação passiva – em que ao passar a oração para a voz passiva, o objeto direto passa a sujeito.

Cano Aguilar (1981, p. 320) chama a atenção para o fato de que certos complementos sem preposição junto a verbos normalmente intransitivos podem interpretar-se como circunstanciais (de lugar, medida, duração, etc.) ou como objetos diretos: *andar os caminhos*, *dormir duas horas*. Nestas frases, há também grande semelhança com os “objetos internos”, pois verbo e complemento frequentemente estão muito relacionados, não só no plano semântico, mas também sob a forma léxica.

Segundo o linguista, a maioria dos gramáticos considera difícil estabelecer uma delimitação bem fundada, embora a maioria acredite que nos encontramos diante de complementos de objeto, e, portanto, diante de estruturas transitivas. Para Blinkenberg (apud CANO AGUILAR, 1981), os critérios que justificam tal análise são dois; em primeiro lugar, estas frases podem converter-se em passivas: *duas horas mal dormidas*, *os caminhos andados* etc.; por outro lado, os sintagmas nominais podem referir-se a uma forma pronominal em acusativo, se o complemento se

antepõe ao verbo (como nos casos de objeto direto): *essas duas horas as dormi mal, os caminhos os andei a pé, etc.* Esses são os critérios gerais pelos quais se pode reconhecer um sintagma nominal como objeto direto de um verbo transitivo.

Um aspecto muito importante ressaltado por Cano Aguilar (1981) e de grande interesse para este estudo é que os sintagmas que funcionam como objetos destes verbos normalmente intransitivos apresentam um valor semântico de “extensão”, no espaço ou no tempo, ou de “medida”. O autor já havia apresentado alguns verbos transitivos cujo objeto direto possuía um valor “locativo” claro: *abandonar, cruzar, recorrer, etc.* Portanto, a transitividade parece mais clara com verbos de movimento, cujo complemento indica a “extensão” do movimento, como “medida”: *andar duas milhas*, ou como lugar por onde se realiza: *andar os caminhos*. O caráter “locativo” do complemento desses verbos pode ser observado de modo mais claro com a introdução de preposições como *por, ao largo de, durante* (com valor de “extensão” espacial), etc. Nestes casos, para Cano Aguilar (1981), há uma estrutura intransitiva com um complemento circunstancial. Além disso, se levarmos em conta que a transitividade – do latim *transitivus* = que vai além, que se transmite – em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de uma agente para um paciente, faz sentido o que Cano Aguilar (1981) defende.

Em seu estudo das estruturas sintáticas do espanhol, Cano Aguilar (1981) observou que os complementos de “extensão” temporal ou “duração” podem converter-se em objetos diretos e podem coexistir também com circunstanciais introduzidos por preposição. Também podem converter-se em objetos diretos, os complementos de “medida” de verbos como *pesar* ou *medir*, exemplo: *Esta tela mede dois metros*. Estes verbos apresentam um sentido “estativo”, pois descrevem um estado ou característica do sujeito, e não qualquer ação. Contudo, Cano Aguilar (1981) advoga no sentido de que estes complementos não de considerar-se como objetos diretos, pois admitem a pronominalização: *o peso próprio, o tecido não medido*. Para ele, inclusive, eles admitem certas formas passivas: *os dez quilos pesados pelo pacote, os dois metros medidos pelo tecido*. Logo, há que se ter em conta que *pesar* e *medir* podem ser verbos transitivos com um sentido claramente “ativo”: *Juan pesou o pacote em uma balança*. Isso ocorre, pois, quando esses verbos selecionam um sujeito *agente*, nessa ambiência linguística, há uma estrutura prototipicamente transitiva, visto que denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente.

Na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB – 1958), o objeto direto é descrito como um complemento verbal, assim como o objeto indireto. Nesse aspecto, o objeto direto caracteriza-se como o termo da oração que completa o sentido de um verbo transitivo direto, ligando-se ao verbo, em geral, sem o auxílio de preposição. Seu papel indica o alvo, paciente ou elemento sobre o qual recai a ação. A identificação do objeto direto se dá, quando perguntamos ao verbo "*o quê?*" (sendo a resposta da pergunta o próprio objeto direto) ou quando utilizamos os critérios da pronominalização e apassivação propostos pela prática pedagógica atual. Por outro lado, o complemento de natureza adverbial, também chamado de *complemento circunstancial* por Rocha Lima (2002), é um complemento tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais. A utilização dessa nomenclatura para uma função sintática fora das descrições da NGB (1959) se justifica, pois esta apresenta um caráter argumental, portanto, não acessório dessa nova função, em contraposição ao caráter não argumental e acessório do adjunto adverbial.

Desse modo, este trabalho consiste em estudar a transitividade dos verbos codificadores de extensão ou escala através da análise de seus complementos e verificação das características de preenchimento desse espaço, pertencente à área semântica das medidas e grandezas. Nesse sentido, a proposta de Cano Aguilar (1981) nos auxilia, pois ele exibiu um estudo semântico e sintático dos verbos, observando a transitividade a partir do valor semântico da relação sintática verbo-objeto, em função da presença ou ausência de determinados traços semânticos.

3. A proposta de Ignácio (2003)

Dentro da perspectiva teórica defendida por Ignácio (2003), que inclui um ponto de vista lógico-semântico, os verbos podem representar uma visão dinâmica ou estática da realidade. A visão dinâmica pode indicar *ação*, *processo* e *ação-processo*, enquanto a visão estática indica *estado*. Os estudos gramaticais de cunho tradicional adotam classificações sem maiores discussões. Esse modo classificatório, de acordo com Ignácio (2003), apresenta um caráter inadequado. Assim, julga-se mais adequada a classificação com base na teoria da predicação ou teoria argumental, centrada na gramática de valências e na gramática de casos, visto que o valor semântico se liga a uma relação que se estabelece na estrutura frasal.

Na perspectiva de Ignácio (2003), o verbo de *ação* indica um “fazer” por parte do sujeito; significa que alguém “faz” alguma coisa. Desse modo, o sujeito fica caracterizado como *agente*, “uma função semântica própria de um ser animado que, sendo dotado de voluntariedade, tem controle sobre o ato” (IGNÁCIO, 2003, p. 116), podendo esses traços ser estendidos a seres não humanos. Cabe frisar que os verbos de *ação* podem admitir complementos não afetados, ou seja, que não sofrem alterações físicas ou psicológicas. Os verbos caracterizados como de *processo* indicam que alguma coisa “acontece” com alguém (seres ou objetos), ou seja, esses verbos indicam um “acontecer”. Em geral, o sujeito selecionado por um verbo de *processo* é afetado física ou psicologicamente. Desse modo, ele é caracterizado por ser um sujeito *paciente* ou *experimental*. Vale dizer que o verbo de *processo* também pode construir-se seguido de um elemento que revele sua causa, exemplo: “*Beatriz entristeceu-se com a notícia*”.

Os chamados verbos de *ação-processo* indicam ao mesmo tempo uma ação e um processo, ou seja, um “fazer” por parte do sujeito e um “acontecer” em relação ao objeto. Esses verbos, em geral, pressupõem o afetamento do complemento, quer seja física, sugerido, por exemplo, pelo verbo “ferir” ou psicológica sugerido pelo verbo “magoar”. O complemento também pode ser afetado fisicamente quando sofre um deslocamento no espaço, como ocorre com o verbo “levar”, exemplificado na frase “*Tarsila levou a caixa da sala para o quarto*”, ou seja, o complemento representado pelo objeto *caixa* é deslocado de um lugar para outro. O último grupo de verbos listados na proposta de Ignácio (2003), os verbos de *estado* indicam um SER/ESTAR/EXISTIR em relação ao sujeito, estabelecendo assim uma relação entre uma entidade e um estado em que ela se encontre, por exemplo: “*Marina está alegre*”. Esses verbos indicam também uma qualidade que lhe é atribuída, ou um sentimento de que é dotada, mas vale ressaltar que uma mesma forma verbal pode vir a funcionar como verbo estativo ou dinâmico, dependendo da relação que ele poderá estabelecer com o sujeito, ou seja, isso dependerá da dinamicidade da ação por parte do sujeito.

No que tange à tipologia oracional, Ignácio (2003) pontua que as orações do português são classificadas de acordo com a classe semântica a que pertença o verbo. Assim, elas se dividem em dois grupos, segundo a realidade do ponto de vista dinâmico (orações *dinâmicas*) ou do ponto de vista estático (orações *estativas*). “Trata-se de uma classificação lógico-semântica que, combinada com critérios sintáticos, permite uma tipo-

logia mais racional, e mais produtiva para o ensino” (IGNÁCIO, 2003, p. 123).

As orações *dinâmicas* subdividem-se em três grupos. As orações *dinâmicas ativas* constituem o primeiro grupo e organizam-se a partir de um verbo de *ação* que seleciona um sujeito *agente*.

O segundo grupo é constituído pelas orações *dinâmicas processivas*, que se organizam a partir de um verbo de *processo*, que pode selecionar um sujeito *paciente*, *experimentador* ou *objetivo*, e complemento *causativo* ou *instrumental*. O terceiro grupo é formado pelas orações *dinâmicas ativo-processivas*, que se organizam a partir de um verbo que indica ao mesmo tempo um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto, isto é, um verbo de *ação-processo*. Neste caso, o objeto, sendo *paciente*, caracteriza-se por ser afetado, física ou psicologicamente, pela ação verbal. Esse tipo de frase se constrói com sujeito *agente*, *causativo* ou *instrumental*, e com complemento *objetivo* ou *experimentador* (sempre afetado).

As orações *estativas* subdividem-se em quatro grupos. O primeiro grupo é constituído pelas orações *atributivas*, onde o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito, ou ainda relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa (indicativo de preço, peso, medida etc.). Normalmente, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, mas é possível que seja um *experimentador*, com os verbos que indicam sentimento, ou estado de alma; o complemento pode ser um *atributivo* ou *objetivo*. Exemplo: *Jerônimo mede 2 metros de altura* (sujeito objetivo; complemento atributivo). O segundo grupo das orações *estativas* é constituído pelas orações *possessivas*. Neste grupo, o verbo estabelece uma relação de posse entre o sujeito (possuidor) e o complemento (possuído). O sujeito pode ser *objetivo-possessivo* e o complemento é *objetivo*. O terceiro grupo é formado pelas orações *locativas*, em que ocorre uma indicação de lugar em relação ao sujeito ou ao complemento, ambos caracterizando-se como *locativo* ou como *objetivo*. Exemplo: *Um belo lago cerca o castelo* (sujeito objetivo; complemento locativo). O quarto e último grupo é constituído pelas orações *existenciais*, que se caracterizam pela indicação de existência de sujeito sempre *objetivo*, e complemento *locativo*. São também *existenciais* as orações construídas com o verbo “*haver*”, no sentido de “*existir*”, consideradas sem sujeito.

Ignácio (2003) faz um recorte dos principais casos semânticos, que poderiam ser classificados do seguinte modo: *agente/agentivo* (+animado, +causador, +volitivo, +controlador), sendo o instigador da ação verbal; *paciente* (afetado pela ação ou processo), isto é, aquele que recebe a ação verbal ou sofre os resultados do processo; *receptivo/destinatário*, aquele a quem se destina a ação verbal; *beneficiário*, aquele que se beneficia ou é afetado pela ação ou processo; *experimentador* (+animado), aquele que experimenta um processo físico ou psíquico, o depositário de um sentimento ou experimentador de uma sensação; *causativo*, caracteriza-se por ser não-animado, mas potente para atuar sobre algo, sendo o causador de uma ação ou processo, sendo não-controlador e não-controlado; *instrumental*, é o desencadeador de uma ação, caracterizando-se por ser controlado e pressupor um agente; *objetivo*, é o ponto de referência de um evento ou estado e caracteriza-se pela neutralidade, sendo não-afetado; *origem*, é o ponto de origem do processo e *locativo*, representa o lugar onde se realiza o evento ou o lugar de referência de um estado de coisas. Um verbo como “galgar”, por exemplo, seleciona um sujeito agente (+animado, +humano) e um complemento de lugar (locativo): *O bombeiro galgou a árvore em poucos minutos.*

Os casos semânticos *agente*, *instrumental* e *causativo* podem ser facilmente confundidos; por isso, vale lembrar alguns traços distintivos importantes entre eles. O *agente* se caracteriza por ser animado, intencional e ter controle sobre a ação. O *instrumental*, sendo controlado, pressupõe sempre um agente que o manipula, sendo assim, menos intencional e mais ou menos animado. O *causativo*, apesar de potente para desencadear a ação por si mesmo, não tem controle sobre ela, sendo menos intencional. Tanto o *instrumental* como o *causativo* podem ser representados por um ser animado. Isso ocorre, pois é a dimensão pragmática, a realidade da situação que decide a natureza do papel semântico.

4. A gramática de valências e a transitividade

A gramática de valências proposta por Borba (1996) se baseia na relação estabelecida entre categorias de níveis diferentes, configurando um conjunto de relações instituídas entre o verbo e seus argumentos ou constituintes indispensáveis. Uma vez que os argumentos constituem uma exigência do verbo, isto é, são elementos obrigatórios para a organização da oração, diz-se que eles fazem parte da valência verbal. O termo valência só deve ser usado para as estruturas relacionais das classes de

palavras lexicais (*substantivo, adjetivo, verbo*, e, eventualmente, o *advérbio*). Excluem-se desse modo classes de palavras tais como *artigo, preposição e conjunção*.

A proposta da gramática de valências objetiva ser uma visão geral da sintaxe e da semântica do verbo, dentro de uma concepção de gramática que, sem ser nova, procura sistematizar de modo novo os fatos da língua. O termo valência é mais abrangente e permite uma rediscussão da nomenclatura tradicional dos elementos que “completam” o sentido do verbo (IGNÁCIO, 2003). A valência diz respeito ao número de casas vazias (ou argumentos) a serem preenchidas lexicalmente na frase. Os itens lexicais da língua podem ser *avalentes*, ou seja, sem qualquer lugar vazio na frase, *monovalentes*, aqueles com um único lugar vazio, *bivalentes* ou *divalentes*, aqueles verbos com dois lugares vazios, *trivalentes*, aqueles com três lugares vazios e, como alguns autores admitem, *tetravalentes*, aqueles com quatro lugares vazios na frase, ou seja, os verbos podem ter valência um, dois, três ou quatro, de acordo com o número de argumentos que exigem.

A valência verbal tem por objetivo básico observar e determinar o comportamento do verbo na frase. Para tanto, Borba (1996, p. 46-57) elenca três tipos de valências: (1) valência quantitativa, valência lógica ou lógico-semântica: é o nível mais geral e abstrato e diz respeito ao número de argumentos necessários a preencherem as “casas vazias” do verbo. Esse número vai de zero a quatro no português, como se vê nos exemplos a seguir: *Choveu* (V_0); *A andorinha voa* (V_1); *O ladrão roubou o idoso* (V_2); *O cliente devolveu o dinheiro ao balconista* (V_3); *Antônio trouxe a família de Pernambuco para Curitiba* (V_4); (2) valência sintática: se refere à natureza morfossintática dos elementos que constituem os argumentos. Assim, por exemplo, o verbo “persuadir” prevê, além do SN_1 que funciona como sujeito, um SN_2 que funciona como objeto indireto. Exemplo: *Janice persuadiu o marido a ir com ela ao cinema*; (3) valência semântica: está relacionada ao fato de que os papéis semânticos e traços que caracterizam os argumentos decorrem das propriedades semânticas dos verbos.

Dentro dessa perspectiva teórica, a oração se estrutura a partir da valência verbal, em que cada verbo exige certo número de elementos, com determinadas características sintático-semânticas, que com ele compõem a oração. Esses elementos são constituintes obrigatórios que preencherão as “casas vazias” da estrutura oracional. Na nomenclatura da gramática de casos são elementos com “determinadas funções semânticas

como agente, paciente, instrumental, experienciador etc., daí serem chamados de casos ou papéis semânticos ou papéis temáticos” (IGNÁCIO, 2003, p. 110). Ao assumir funções de constituintes oracionais, eles também são chamados de argumentos.

Pode-se afirmar que a gramática de valências e a teoria dos casos semânticos encontram convergência pelo fato de que ambas dissociam os elementos indispensáveis à estrutura argumental aberta pelo verbo daqueles que lhe são opcionais. O nome de cada caso é bem motivado quanto ao valor semântico que expressa. A identificação dos casos por seus traços constituintes pode tornar-se sutil ou difícil, pois há traços que se repetem em muitos casos. Porém, este valor semântico não está ligado a um item léxico em si, mas a uma relação que se estabelece na estrutura frasal. O número de casos varia muito nas diferentes propostas de gramática de casos. Acerca dos papéis temáticos – categorias usadas para rotular as funções semânticas – Borba (1996), ao adotar a proposta de Fillmore (1968), faz as seguintes considerações:

- *Agentivo (Ag)* – é o que por si mesmo desencadeia uma atividade (física ou não), sendo origem dela e seu controlador. Ex.: *Roberto* canta. / *Lídia* beijou o marido.
- *Experimentador (Ex)* – caso do evento psicológico genuíno, traz uma experiência ou disposição mental. Ex.: *Lucas* sente saudade de *Cristina*. / *Anderson* ouve música.
- *Beneficiário (B)* – o beneficiário é um afetado que marca o destinatário da posse (simples posse, perda ou ganho) / benefício. Ex.: No dia das crianças, *Amanda* ganhou uma boneca. / *Cleuza* ajudou muito a *Jonas*. / *O rapaz* herdou a empresa de seu pai.
- *Objetivo (Ob)* – caso semanticamente mais neutro. É a entidade em relação à qual se verifica uma situação, ou seja, é o afetado por aquilo que o verbo indica. Ex.: *Vilma* só canta *sambas*. / *Ruth* comprou *as passagens*.
- *Instrumental (I)* – o *I* exprime uma causa indireta tendo como traços básicos: a *atividade* e o fato de ser *controlado*. Ex.: *Cortou* a carne *com a faca*. / *A chave* abriu o carro.
- *Causativo (Ca)* – é o que provoca um efeito ou desencadeia algo. Expressa uma atividade ligada a um estímulo. Ex.: *A chuva de granizo* quebrou o vidro. / *O vendaval* derrubou as roseiras.

- *Origem (O)* – contém os traços *afetado* e *transição*, expressando o ponto de partida. Ex.: Marília veio *da Dinamarca*.
- *Meta (M)* – contém os traços *afetados* e *transição*, expressando o ponto de chegada. Ex.: Os assaltantes invadiram *a mansão*.
- *Resultativo (R)* – é um *efetuado*. Liga-se a verbos de existência, ou seja, a verbos cujo complemento expressa algo que passa a existir. Ex.: Márcia tricotou *um casaco*. / Lourdes montou *uma lanchonete*.
- *Temporal (Tp)* – indica *localização* no tempo. Ex.: O casamento ocorreu *na semana passada*. / Faz *três meses* que ele não vê a filha.
- *Comitativo (Co)* – a principal característica do *Co* é a associação; é sempre *afetado*, mas pode ter traços como *atividade* e *causa*. Ex.: Janis saiu *com Daniel*.
- *Locativo (L)* – o *L* marca o lugar. Ex.: Léa está *na faculdade*.

A valência, portanto, abarca tanto o nível das relações sintáticas, quanto o nível das relações semânticas. Daí dizer que um verbo exige tantos complementos (valência quantitativa), com tais valores semânticos (valência qualitativa). Assim, o verbo “assassinar”, por exemplo, será bivalente (valência quantitativa), por exigir um sujeito e um objeto (*Matias assassinou Cirino*), como também seleciona um sujeito agente e um complemento paciente, + animado (valência qualitativa).

A valência e a transitividade são propriedades que se detectam no funcionamento do verbo na sua realização no discurso, por isso, não se pode dizer que tais verbos tenham sempre as mesmas propriedades. Assim, um verbo primitivamente bivalente, transitivo, pode, dependendo da necessidade comunicativa do falante, passar a funcionar como monovalente e intransitivo. Um verbo como “comprar”, por exemplo, bivalente e transitivo direto numa oração como: “*Jéssica comprou uma moto*” pode passar a monovalente e intransitivo na oração em que o falante apague seu complemento: *Jéssica não passa um dia sem comprar*. Desse modo, a gramática de valências pode ser caracterizada por utilizar uma classificação funcional e não categorial, que prioriza a função sintática na diversidade de realizações morfológicas. Essa classificação já diferencia os constituintes com função primária, que são obrigatórios por realizarem os

argumentos, dos constituintes com função secundária, que são facultativos por serem oracionais.

As noções da teoria de valências proposta por Borba (1996), sobretudo no que tange à valência verbal, mostraram-se relevantes para o estudo do comportamento dos verbos codificadores de extensão ou escala, pois nos permitiu observar as matrizes verbais. Por isso, acreditamos que as marcas linguísticas inerentes aos verbos estudados pudessem ser mais encontradas a partir da análise de cláusulas valencial. Isso se justifica, pois, a valência é uma propriedade que se detecta no funcionamento do verbo, em sua realização discursiva, isto é, ela não é uma propriedade dada *a priori*, mas surge das e nas relações enunciativas.

5. O funcionalismo e o fenômeno da transitividade

O funcionalismo nasce da necessidade de se perceber a língua como um instrumento sensível às mudanças que envolvem os falantes em seu uso. Dentro da tendência funcionalista a observação da língua deve ocorrer do ponto de vista do contexto e da situação extralinguística. Assim, a sintaxe se apresenta como uma estrutura em constante mudança, em virtude das estratégias de organização da informação utilizadas pelos falantes da língua no momento da interação discursiva. Desse modo, para se entender o fenômeno sintático, seria necessário um estudo da língua em seus contextos discursivos específicos, visto que é nesse espaço que se constitui a gramática. Para diversos autores funcionalistas, o termo *gramática* não se refere à normatização, mas ao conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e de uso. Uma gramática funcional deverá relacionar a análise linguística ao contexto de ocorrência dos enunciados, atentando-se para as variações a que esse uso conduz, visto que é o discurso real que mantém a chave para a gramática, logo, não há regras absolutas.

Como visto na hipótese funcional, a estrutura gramatical é motivada pela situação comunicativa, que busca explicar as regularidades da língua a partir das condições discursivas em que se verifica esse uso. Dentro desse pressuposto, a estrutura se apresenta como uma variável dependente, que emerge das situações cotidianas de interação, visto que são os usos da língua, ao longo do tempo, que dão forma ao sistema. Hopper (1987) apresenta o conceito de “gramática emergente”, em que o adjetivo emergente aparece no sentido de um “movimento contínuo em direção à estrutura”, sendo essa visão de estrutura sempre “provisória, in-

completa, negociável”. Hopper parece sugerir que a gramática é completamente flexível, ajustando-se quando necessário para atender seus propósitos, ou seja, ela é “dependente do seu contexto comunicativo”.

Givón (1995 *apud* MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 28) delimitou um grupo de premissas que caracterizam a visão funcionalista da linguagem. São elas:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática permitem algumas exceções.

(GIVÓN, *apud* MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 28)

Assim, ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso, pois, como defende Givón (1979), a sintaxe existe para exercer uma certa função, e é esta função que determina sua maneira de ser, visto que ela refletirá a imagem do discurso. No Funcionalismo, a transitividade não é vista como uma propriedade categórica do verbo, como defende a gramática tradicional, mas como uma propriedade contínua e escalar da oração inteira, sendo as relações entre o verbo e seus argumentos, observadas na oração. Trata-se, pois, de uma gramática da oração. Assim, a transitividade somente pode ser dada no contexto em que aparece. Isto se dá, pois, as regras da gramática são modificadas pelo uso, através da mudança das línguas, logo, é necessário observar a língua em seu contexto real.

Givón (1995, p. 76) entende a transitividade como um fenômeno complexo que envolve os componentes semântico e sintático. Uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um agente responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e um paciente que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. Esse é o evento transitivo prototípico, em que a oração conta com os três traços semânticos, apontados por Givón (1995), a saber: a) agentividade: ter um agente intencional que controla a ação; b) afetamento: ter um paciente concreto, afetado; c) perfectividade: envolve um evento concluído pontual. É importante salientar que, para Givón, esses traços, em princípio, são uma questão de grau. Pa-

ra evidenciar isso, ele arrola vários exemplos em que os verbos são agrupados em função da mudança física registrada no estado do paciente, conforme se vê em um objeto criado: *He built a house*¹²; um objeto totalmente destruído: *They demolished the house*¹³ etc. Os verbos são divididos em tipos semânticos de acordo com os papéis semânticos dos participantes no estado ou evento, ocupados pela cláusula. O conjunto de papéis semânticos tipicamente associados com cada verbo define a estrutura semântico-proposicional do verbo, do estado/do evento e da cláusula. Essa noção ampliada da transitividade é essencial para o entendimento de como a gramática do verbo e seus argumentos se manifesta em textos reais produzidos em situação de comunicação, como os considerados neste artigo.

6. *Análise do corpus*

O *corpus* compreende uma análise dos traços semânticos que os argumentos dos verbos pesquisados apresentam quando de sua relação sintática. Para proceder ao trabalho, foram utilizadas as definições semânticas dos verbos e seus complementos apresentadas por Borba (1991, 2002). A análise contou também com a contribuição das teorias valencial e funcional, utilizando as proposições de Borba (1991, 1996, 2002), Ignácio (2003) e Givón (1979, 1995, 2001). Os casos semânticos ou Papéis Temáticos são os utilizados por Borba (1996) e por Ignácio (2003). Para uma melhor análise dos verbos codificadores de extensão ou escala nas ocorrências encontradas, fez-se necessário o acolhimento das definições dos termos *extensão* e *escala* consignadas em obras de referência como o *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2009) e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), com o fim de instituir o ponto de partida das análises de acordo com as acepções concernentes. Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguiar (1981) também foram utilizados nas análises. O *corpus* foi constituído de textos do âmbito jornalístico escrito inseridos na revista *Veja*. O levantamento foi realizado por meio de ferramenta de pesquisa *on-line*, no acervo digital do periódico, disponível no site <http://www.veja.abril.com.br/acervodigital>. Foi realizada uma coleta de dados direcionada dos verbos *subir*, *ocupar*, *medir*, *durar* e *valer* em sua

¹² Ele construiu uma casa.

¹³ Eles demoliram a casa.

realização com complemento codificador de extensão ou escala. Para este artigo, foram selecionados cinco excertos para análise.

6.1. Verbo subir

- (1) “O salário médio para 5,6 milhões de brasileiros que permaneceram no serviço doméstico cresceu 43,5% na última década, enquanto o rendimento médio do trabalhador brasileiro *subiu* apenas 25%” (*Revista Veja*, edição 2239, 19/10/11, p. 111).

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “aumentar” e indica *processo*, isto é, um “acontecer” em relação ao sujeito (seres ou objetos), que, neste caso, recebe um atributo de natureza quantitativa. O argumento valencial codificado como sujeito (*o rendimento médio do trabalhador brasileiro*) é inativo e expresso por nome abstrato, não animado, caracterizado pelos traços: [– humano, – animado, – volitivo]. O complemento verbal é expresso por nome designativo de quantidade numérica (25%), delimitado por um adjunto adverbial de exclusão (*apenas*), o que codifica uma escala hierárquica de valores. O verbo “subir” no sentido de “aumentar” pode figurar entre os verbos que constituem as orações dinâmicas, cujo aspecto é acabado, logo, télico. É mister observar que, nessa ambiência linguística, o sujeito não tem controle sobre o processo inscrito em “subir”. Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *paciente*, por ser afetado pelo processo e sofrer os resultados dele; e o complemento é um *objetivo*, pois é o ponto de referência do evento e tem caráter neutro.

Do ponto de vista da gramática de valências, no que tange à valência quantitativa, todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos, cada um deles ocupando um lugar vazio diferente. No excerto analisado, o verbo “subir” está funcionando como um verbo de valência dois. Os testes sintáticos da apassivação e da pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que não se trata de objeto direto, mas de complemento de natureza adverbial.

6.2. Verbo ocupar

- (2) “O maior data center da Amazon **ocupa** um terreno de 65.000 metros quadrados, o equivalente ao terminal de passageiros do Aeroporto de Congonhas (*Revista Veja*, edição 2221, 15/06/11, p. 95).

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “tomar; encher (espaço, lugar)” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como uma *estativa locativa*, visto que ocorre uma indicação de lugar em relação ao sujeito. O argumento valencial codificado como sujeito (*o maior data center da Amazon*) é inativo e expresso por nome concreto, não-animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de propriedade fundiária (*terreno de 65.000 metros*), o que codifica uma extensão locativa com base na “dimensão, tamanho” de algo. Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser um ponto de referência de um estado e caracterizar-se pela neutralidade; e o complemento é um *locativo*, pois representa o lugar de referência de um estado de coisas. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis,

- (i) apassivação: *O maior data center da Amazon **ocupa** um terreno de 65.000 metros quadrados > Um terreno de 65.000 metros quadrados é **ocupado** pelo maior data center da Amazon;*
- (ii) (ii) pronominalização: *O maior data center da Amazon **ocupa** um terreno de 65.000 metros quadrados > O maior data center da Amazon **o ocupa**.*

Esses testes ratificam a classificação de “*um terreno de 65.000 metros quadrados*” como objeto direto, na concepção tradicional de transitividade; e complemento, na perspectiva da gramática de valências, uma vez que todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos.

6.3. Verbo medir

- | |
|--|
| (3) “Até hoje não se sabe a altitude exata do Everest. Isso porque medir as montanhas ainda é um desafio para os geógrafos. (<i>Revista Veja</i> , edição 2229, 10/08/11, p. 90) |
|--|

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “determinar, verificar” e indica *ação*. O argumento valencial codificado como sujeito (recuperável no contexto) é ativo e expresso por nome humano, animado (*os geógrafos*). O complemento verbal é expresso por nome concreto com base em medida ou grandeza (*as montanhas*), o que codifica uma

extensão baseada no tamanho, dimensão de algo. Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *agente*, por ser o instigador da ação verbal, dotado de voluntariedade, tendo controle sobre o ato; e o complemento é um *receptivo/destinatário*, aquele a quem se destina a ação verbal. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “medir” se realiza como um verbo de valência dois. Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis,

- (i) apassivação: **Medir** as montanhas ainda é um desafio para os geógrafos > As montanhas **serem medidas**, ainda é um desafio para os geógrafos;
- (ii) (ii) pronominalização: **Medir** as montanhas ainda é um desafio para os geógrafos > Ainda é um desafio para os geógrafos **as medir**.

Os resultados dos testes nos permitem afirmar que o complemento em questão se trata de objeto direto, dentro da perspectiva tradicional de transitividade, que enquadra o verbo em questão como transitivo direto.

6.4. Verbo durar

(4) “O jornalista de VEJA foi entrevistar o “doutor” num restaurante... A conversa **durou** trinta minutos.” (*Revista Veja*, edição 2229, 10/08/11, p.12)

O verbo “durar”, neste excerto, tem o sentido de “persistir, perdurar” e indica *estado*. Esta oração relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de duração. O argumento valencial codificado como sujeito (*a conversa*) é inativo e expresso por nome abstrato. O complemento verbal é expresso por um especificador temporal (*trinta minutos*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”. Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “durar” se realiza como um verbo de valência dois. Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que o complemento em questão é de natureza adverbial.

6.5. Verbo valer

- (5) “Ele é, enfim, a figura que caiu do céu para representar os interesses do esporte... O UFC **vale** hoje 1 bilhão de dólares” (Revista Veja, edição 2260, 14/03/12, p. 90)

O verbo “valer”, neste excerto, tem o sentido de “ter como preço, custar” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, visto que o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito, ou ainda relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço. O argumento valencial codificado como sujeito (UVC) é inativo e expresso por nome abstrato, não animado. O complemento verbal é expresso por nome de moeda ou nome concreto tomado em seu valor monetário (*1 bilhão de reais*), o que codifica uma escala de valores em ordem ascendente. Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “valer” se realiza como um verbo de valência dois. Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização não se aplicam no excerto em que o verbo *valer* foi analisado, o que nos permite afirmar que nesse tipo de ambiência, o complemento em questão é de natureza adverbial.

7. Considerações finais

A teoria de valências proposta por Borba (1996) orientou nossa análise no que tange à valência quantitativa, sintática e semântica. Os exemplos com os verbos “*subir, ocupar, medir, durar e valer*” ratificam o fato de que só nos contextos de uso podemos analisar satisfatoriamente as ocorrências, e, ainda, analisar quais características morfológicas e sintáticas têm os argumentos que estão em torno desse verbo. Isso ocorre, pois, dependendo da combinatória do elemento e seus argumentos, podemos apreender se um verbo está se comportando como ação, ação-processo, processo ou estado. Essa classificação lógico-semântica, combinada com critérios sintáticos, permite uma tipologia mais racional e mais produtiva para o tratamento da transitividade. Assim, os complementos dos verbos codificadores de extensão ou escala situam-se numa perspectiva sintático-semântica entre o complemento direto e adverbial.

Esses complementos, sob o ponto de vista semântico, são subclassificados pelo verbo.

A partir da descrição e análise dos verbos *durar* e *valer*, que indicam *estados* e selecionam complementos de natureza adverbial, constatamos a impossibilidade de aplicação dos critérios da apassivação e pronominalização. Isso ocorre, pois a passiva representa a mudança de uma perspectiva dinâmica para uma perspectiva estática. Logo, a apassivação de verbos que já são estáticos não tem qualquer sentido. No que tange à subcategorização do verbo *subir*, ele comportou-se majoritariamente como um verbo de *processo*. O verbo *ocupar*, por sua vez, se comportou como verbo de *estado*, sendo seu complemento caracterizado como objeto direto, segundo a concepção tradicional de transitividade; e como complemento, na perspectiva da gramática de valências. Com respeito às realizações do verbo *medir*, cabe frisar que ele pode apresentar comportamento diferente, uma vez que algumas ocorrências não se encontram em sua realização acional, isto é, não apresentam uma ação direcionada a um ser. Os traços de transitividade direta e complemento objeto direto representados pela apassivação e pronominalização só são identificáveis nas estruturas onde o verbo se encontra no campo semântico da ação. Assim, esperamos que essa breve discussão acerca dos verbos codificadores de extensão ou escala possa contribuir para um melhor entendimento do fenômeno da transitividade em nossa língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BORBA, F. S. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Uma gramática de valências para o português do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BUSSE, W.; VILELA, M. *Gramática de valências*. Coimbra: Almedina, 1986.

CANO AGUILAR, R. *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos, 1981.

FERREIRA, A. B. H.; ANJOS, M.; BAIRD FERREIRA, M. *Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Orgs.). *Universals in Linguistic Theory*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. (V. 1)

HOPPER, P. J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139-157, 1987.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Ribeirão Gráfica, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.